aprova concursos

SEJUSP-MG

Agente: Segurança Socioeducativo (AGSE)

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - MG

Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Compreensão e interpretação de textos.
2. Tipologia textual.
3. Gêneros Textuais.
4. Ortografia oficial.
5. Acentuação gráfica.
6. Emprego das classes de palavras.
7. Emprego do sinal indicativo de crase.
8. Sintaxe da oração e do período.
9. Pontuação.
10. Concordância nominal e verbal.
11. Regência nominal e verbal.
12. Funções da Linguagem.
13. Significação das palavras.
14. Figuras de Linguagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Noções de Lógica.
2. Diagramas Lógicos: conjuntos e elementos.
3. Lógica da argumentação.
4. Tipos de Raciocínio.
5. Conectivos Lógicos.
6. Proposições lógicas Simples e compostas.
7. Elementos de teoria dos conjuntos, análise combinatória e probabilidade.

INFORMÁTICA BÁSICA

1. Internet e Aplicativos;
2. Ferramentas de busca;
3. Navegadores (Browser);
4. Sistema Operacional e Software;
5. Correios Eletrônicos;
6. Programa Antivírus e Firewall;
7. Editores de Apresentação;
8. Editores de Planilhas;
9. Editores de Texto;
10. Extensão de Arquivo;
11. Teclas de Atalho;
12. Pacote Microsoft Office.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.
2. Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.
3. Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta.
4. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.
5. Processo Administrativo.
6. Processo administrativo disciplinar e sindicância.
7. Bens públicos.
8. Improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92 e suas alterações.
9. Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
10. Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.
2. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.
3. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso.
4. Direitos Humanos e acesso à justiça.
5. O dever dos estados de promover o acesso à justiça.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. Crimes contra a pessoa:
1.1. Dos Crimes contra a Vida.
1.2. Das lesões corporais.
1.3. Da periclitação da vida e da saúde.
1.4. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.
2. Crimes contra o patrimônio.
3. Crimes contra a Administração Pública (art. 312 a 359 do Decreto-Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro).
4. Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).
5. Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04).
6. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90 e modificações posteriores).
7. Crime Falimentar (Lei nº 11. 101/05).
8. Lei de tortura (Lei nº 9.455/97).
9. Lei de drogas (Lei nº 11.343/06).
10. Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98).
11. Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89).
12. Crimes previstos no Estatuto do idoso (Lei nº 10.741/03).

13. Lei Maria da Penha que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06).
14. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

DIREITOS HUMANOS

Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948),
Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos de Crianças e Adolescentes: Declaração da Assembleia das Nações Unidas dos Direitos da Criança (1959),
Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil Regras de Beijing (1985),
Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989),
Regras Mínimas das Nações Unidas para os Jovens Privados de Liberdade Regras de Tóquio (1990),
Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil - Diretrizes de Riad" (1990).
Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica) (art. 1° ao 32).
Declaração de Pequim Adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz.
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. Lei nº 12.594/2012 (Sinase).
2. Resolução n.º 119/2006 - Conanda (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências).
3. Lei Estadual nº 869/1952 e suas alterações posteriores (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais).
4. Decreto nº 46.644/2014 (Dispõe sobre o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual).

5. Decreto Estadual nº 46.060/2012 (regulamenta a Lei Estadual Complementar nº 116/2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual).
6. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).
7. Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).
8. Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha).
9. Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Lei de Tortura).
10. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime Organizado).
11. Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Lei de Crimes Hediondos).
12. Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).
13. Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade).
14. Lei nº 1.079/1950 e suas alterações (Lei de Crimes de Responsabilidade).
15. Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (Preconceito de raça ou cor).
16. Lei federal n° 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!

BONS ESTUDOS!

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br